



OS IMPACTOS TERRITORIAIS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO LITORAL LESTE DO CEARÁ: O CASO DA COMUNIDADE DO CUMBE.

Ingrid Teixeira Aguiar
Universidade de Fortaleza
ingridtaguiar@gmail.com

Lucas Gomes de Sousa
Universidade de Fortaleza
arqlucasgomes@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade compreender as repercussões dos impactos territoriais na Comunidade do Cumbe, litoral leste do Ceará. Composto por pessoas de origem quilombola, o Cumbe, como é conhecida a comunidade, carrega heranças histórica e cultural marcadas pela luta, resistência, opressão e sofrimento na luta pelo direito a terra, trabalho e moradia. Localizada em um espaço geográfico bastante valorizado pela natureza, a área tem sido palco de conflitos territoriais constantes a partir da instalação de grandes empreendimentos privados que têm comprometido a identidade da população, em sua maioria composta por pescadores e camponeses, colocando também em risco os recursos naturais essenciais para a perpetuação da comunidade. A chegada da carcinicultura e dos parques eólicos no local, inicialmente vistos como empreendimentos de geração de emprego e desenvolvimento, ocuparam extensas áreas de terra afetando diretamente a reprodução camponesa, qualidade de vida e sobrevivência das práticas e saberes tradicionais, à medida que se fixam e expandem. Tal processo traz a tona diversas reflexões sobre as estratégias que o capital utiliza para continuar o processo de acumulação, porém agora sob a égide de uma nova ordem global cujas influências reestruturaram o território local. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, sendo também aplicado estudo de caso. O estudo aponta como consequências deste processo uma forte modificação da paisagem, perda da biodiversidade, limitação de mobilidade da população local e comprometimento de espaços de convivência, devido à privatização dos espaços públicos, assim como espoliação do trabalho e descaracterização da identidade cultural.



Palavras-chave: Impactos territoriais, Reestruturação produtiva, Comunidade do Cumbe.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender o conflito entre a dimensão social e a econômica no processo de reestruturação produtiva através da análise do movimento do capital instalado na Comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati, litoral leste do Ceará, cujas características configuram o processo de urbanização recente e alteram significativamente, o modus operandi da vida no local. Para isso, optou-se por conhecer o processo de reestruturação do capital em diferentes escalas e suas implicações no território analisado.

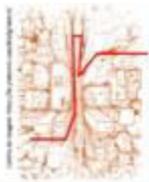
A interpretação do contexto espacial e análise da dinâmica local juntamente com os agentes produtores do espaço – grandes empreendimentos – fazem-se necessárias para que, dessa forma, a realidade da Comunidade do Cumbe seja percebida e compreendida.

Para começar a entender como o capital chegou ao local, é importante analisar o espaço urbano. De acordo com Corrêa (1989), o espaço pode ser interpretado de acordo com os habitantes que nele vivem, também pode ser visto como um conjunto de conexões com estrutura social, processos e funções urbanas, assim como, ainda, um modelo de conflitos e consonância.

O CAMINHO DO SISTEMA ECONÔMICO EM DIFERENTES ESCALAS

Desde meados do século XX, o cenário mundial iniciou modificações em uma série de conjunto de elementos referentes aos campos de produção e consumo de forma acelerada, o que resultou em um novo sistema econômico diretamente relacionado ao processo da Globalização. De acordo com Elias e Pequeno (2013), com o desenvolvimento das tecnologias, as reestruturações produtivas e territoriais tornaram-se facilmente parte do novo sistema econômico mundial, abrangendo os âmbitos socioeconômicos, político, cultural e espacial.

O progresso tecnológico facilitou o aumento da produção resultando em novas formas de consumo, ao mesmo tempo em que os lugares se tornaram cada vez mais singulares com elementos componentes territoriais próprios à medida que as transformações, adaptações e novidades concebidas de meios internos e externos eram contempladas, “uma vez que não é



possível pensar o lugar ou a região sem pensar no mundo. O ideal é captar a realidade do lugar a partir de suas interdependências com o país e o mundo (...). (ELIAS; PEQUENO, 2013, *apud* SANTOS 1994).

O novo processo de economia reestrutura-se à medida que surgem novas formas de consumo capazes de remodelar a produção, resultando em novos territórios. Dessa forma, as relações de trabalho influenciam na modificação do território no que diz respeito à dinâmica social.

No Brasil, as primeiras décadas de 1900, as quais foram marcadas pelas formas de produção da monocultura, do latifúndio e da mão de obra escrava, se contrastaram com a metropolização, interpretada como um produto da Globalização, iniciada na década de 1950. Entre as décadas de 1950 e 1980 o crescimento urbano aconteceu de forma rápida, desordenada e caótica, pois vários agrupamentos de migrantes contribuíram com o adensamento demográfico no país, especialmente nos anos 1960 e 1970, uma vez que as metrópoles se tornaram o principal motivo para migração e atividades lucrativas por causa das economias de aglomeração em escala e localização. (ELIAS; PEQUENO, 2013)

Em decorrência disso, o agronegócio intensifica relações envolvendo as esferas campo-cidade, comércio, indústria e urbanização, empregando tecnologia avançada e pouca mão de obra com produção voltada principalmente para o mercado externo para obtenção de lucro. Isso denota as variações circunstanciais da estrutura fundiária, exploração de terra, relações de trabalho e técnicas envolvidas.

No Ceará, a ocupação inicial do território deu-se a partir da apropriação espacial pela criação de gado ao longo dos cursos de rios, como o Jaguaribe, originando vários núcleos de povoamento. Entretanto, ao longo do processo de globalização dialogando com a localidade, o Ceará assume uma posição social e territorial importante em um contexto nacional. Assim afirmam Elias e Pequeno (2013, p. 95) que “devem ser considerados como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do presente.”.

Com efeito, a produção, advinda da expansão econômica mundial, flexibiliza-se, expande-se e implanta-se no espaço cearense apoiada na tecnologia, nos meios de



informações e na modernização científica, entretanto, com as mesmas relações de trabalho herdadas do período colonial. Além disso, cabe registrar que a expansão do capital frente à ordem global ocorre pela permissividade de uma ordem local em uma tentativa de promover a reestruturação produtiva. As oligarquias locais mantêm essa cultura associada ao capital estrangeiro como forma de obter maior lucro, denotando a existência das relações capitalistas, porém, como se observa, agora sob uma nova ordem.

A economia cearense, a qual se diversificou por várias áreas do campo produtivo, abrange, além dos diversos investimentos econômicos privados que vão desde a agricultura à indústria de transformação, as ações do Estado nas melhorias de estradas da capital Fortaleza para os destinos turísticos, construção de açudes, obras associadas à transposição do rio São Francisco e Ferrovia Transnordestina, as quais compõem os mecanismos de apoio a expansão do capital e consequente reestruturação territorial.

A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM ARACATI, CEARÁ.

Para compreender a lógica atual do capital, será analisada a dinâmica territorial do município de Aracati, localizado no Ceará, a partir da produção de camarões e instalação de parques eólicos, por acreditar-se que o local carrega em si as características do movimento global, permitindo visualizar características importantes do processo.

Nesse contexto, a produção de carcinicultura é um dos principais ramos que vem ganhando força no mercado de importação e exportação, sendo a responsável pelo aumento de 499% de produção, da instalação do exercício de criação de camarões em cativeiro, na década de 1970 até o fim do século XX. De fato, é uma atividade bastante lucrativa e positiva para o mercado econômico, mas muitos aspectos negativos somam os reflexos gerados ao território onde se instala.

Os impactos socioespaciais têm sido mais evidenciados nos últimos dez anos por causa da degradação do ecossistema, desde o manguezal, passando pela mata ciliar, até as vegetações lindeiras, cuja predominância é o carnaubal recentemente ameaçado de extinção. Destaca-se ainda, a desapropriação de terras, a trágica mudança no modo de vida de famílias



que moram em comunidades vizinhas, a variação e forte exploração no exercício do trabalho e doenças acarretadas pelos trabalhadores.

Convém mencionar Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009, p. 43) por entenderem que “no caso da carcinicultura, entra em jogo o solo barato, o acesso à água abundante, a fragilidade da legislação e da fiscalização ambiental, o financiamento por bancos públicos, entre outros” como alguns dos motivos responsáveis pela expansão do negócio.

Elias e Pequeno (2006) lembram que o cenário da carcinicultura é fruto da modernização agrícola, a qual representa a expansão do capitalismo avançado no campo, compondo a reorganização da produção agrícola, da pecuária e da aquicultura. Com efeito, novas disposições territoriais produtivas afastam populações locais e proletarizam relações de trabalho, ameaçando a segurança das comunidades tradicionais, ou seja, habitantes nativos que habitam e compartilham o mesmo espaço e o que ele oferece.

As populações atingidas pelo agronegócio têm dificuldade de manter posicionamento a respeito de questões ambientais, socioeconômicas e culturais em suas comunidades devido à insegurança e instabilidade causadas pela carcinicultura. Verifica-se que houve mudanças no estilo e qualidade de vida, nos comportamentos intersociais, bem como nos processos de trabalho. Compreende-se que muitas pessoas aderiram a essas mudanças na perspectiva de inclusão social por meio do emprego formal sob uma visão de almejar desenvolvimento para o local.

Outro grande empreendimento é o Complexo Eólico Aracati (CEA), instalado no litoral leste, cujo discurso passa pela oferta de energia limpa e renovável para o Ceará, garantindo o desenvolvimento sustentável e oferecendo menos riscos e transtornos ambientais.

A sociedade contemporânea entende que a troca das energias renováveis pelas chamadas energias limpas é questão de preocupação com o desenvolvimento sustentável ambiental. “A energia eólica obteve sucesso em países como Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e nos Países Baixos, durante muitos anos, sem problema algum com a sociedade e a natureza.” (MOREIRA et al., 2013, p. 52).



A área litorânea brasileira tem notável potencial eólico pela quantidade e distribuição dos ventos. Portanto, a definição da inserção do complexo eólico é definida a partir de algumas medidas relacionadas ao potencial eólico e aos aspectos ambientais das escalas local, regional e nacional, tendo como principal objetivo a ampliação da oferta de energia no Ceará, garantindo atendimento da demanda presente e futura, mantendo a matriz energética brasileira limpa e renovável. (RIMA Complexo Eólico Aracati, 2014, p.10).

Entretanto, apesar de haver pontos positivos para a geração de energia elétrica por meio de fontes eólicas, é possível salientar alguns males que passam despercebidos pelas pessoas, mas não para a população que habita os arredores do parque eólico. São apontados pela Danish Wind Industry Association (2004), alguns aspectos desfavoráveis, os ruídos provocados pelos aerogeradores, a alteração na qualidade do ar, devido a circulação de veículos por estradas carroçáveis ao transportarem materiais, alteração da paisagem natural, morte de aves migrantes por colisões com as hélices e, talvez a mais grave, proibição da circulação por grandes áreas onde os aerogeradores estão instalados, obrigando os moradores a se deslocarem por grandes distâncias para alcançarem, em muitas situações, seu local de trabalho, o Rio ou o Mar.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para este artigo baseiam-se, do ponto de vista da sua natureza, no tipo de pesquisa aplicada por gerar conhecimentos voltados para compreender o movimento do capital na contemporaneidade a partir da problemática enfrentada pelas comunidades tradicionais brasileiras.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa por considerar os acontecimentos e os significados que ocorrem, pois o ambiente natural os oferece.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica seguida por um estudo de caso, por este artigo ter sido embasado teoricamente em artigos de periódicos, livros e materiais disponíveis na Internet que complementaram reflexões de autores em suas obras, além das informações coletadas nas entrevistas com a população e visitas ao local.



IMPACTOS SOCIOESPACIAS NA COMUNIDADE DO CUMBE

Apesar das transformações espaciais acompanharem o tempo e as necessidades sociais, é fato perceber que modificações oriundas de investimentos do capital público e privado beneficiam grandes investimentos que não se atentam às realidades locais e, por consequência, não oferecem benefícios e melhorias na vida dessas pessoas em específico, como é o caso da Comunidade do Cumbe, localizada na zona rural do município de Aracati, Ceará, a 172 km da capital Fortaleza.

Os habitantes nativos são de origem quilombola e vivem às margens do rio Jaguaribe. O território situa-se em um espaço geográfico muito valorizado devido ao valor patrimonial natural existente. A população varia entre 700 e 800 pessoas, o que corresponde a uma média de 150 famílias, os quais habitam a comunidade em sua maioria composta por grupos de pescadores, artesãos e agricultores. As principais atividades são a pesca de peixes e caranguejos, realizada pelos homens, e a mariscagem, pelas mulheres.

A Fundação Cultural Palmares, que tem por finalidade preservar a cultura afro-brasileira, reconheceu a existência de uma comunidade tradicional de origem negra, a qual teve o passado marcado por luta, resistência, opressão e sofrimento. Com efeito, o Cumbe tem identificação e garantia de direitos dos grupos responsáveis que contribuíram para a formação cultural, econômica, social e política do Ceará, sob proteção de órgão federal desde o dia cinco de dezembro de 2014, quando foi reconhecida como sendo uma área ocupada por ancestrais quilombolas, cujos descendentes dependem do local para exercer suas práticas culturais e para própria sobrevivência.

Nesse contexto, os conflitos surgiram à proporção que empreendimentos públicos e privados se instalaram na região, com o objetivo de explorar os recursos naturais e a mão de obra fornecida pelos nativos, a fim de facilitar acordo entre custo e benefício para eles. Em razão disso, disputas, até então inexistentes entre as pessoas, manifestaram-se de maneira acirrada a partir da certificação do espaço reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.

Na década de 1990, a carcinicultura foi apresentada aos moradores do Cumbe como um empreendimento capaz de desenvolver progresso ao local e oferta de emprego, justificando a substituição da pesca artesanal, da mariscagem e da agricultura familiar, tido



como modelos econômicos ultrapassados. A partir disso, a maioria dos habitantes foi convencida a aceitar o desmatamento do mangue e a retirada da vegetação para a construção das estruturas de tanques. As extensões de terra, que foram destinadas aos sítios de carcinicultura, passaram a ser privatizadas, desde então.

No que diz respeito ao desempenho da carcinicultura, os camarões são cultivados em cativeiro e tratados com medicamentos e rações. Por consequência, os nutrientes despejados nos reservatórios, em época de despesca, eram lançados no estuário do rio Jaguaribe, o que causou a morte de diversas espécies aquáticas e resultou em um grande impacto no ecossistema, além de prejudicar a pesca, tida como uma das principais fontes de renda da população. As espécies criadas em cativeiro são exóticas e carnívoras e se alimentam das nativas, o que tem levado praticamente a sua extinção.

No segundo semestre de 2016, os produtores de carcinicultura perderam grande parte do cultivo devido a uma doença chamada mancha branca, cujos camarões atingidos morriam ao entrar em contato com o vírus e os poucos empregos gerados foram reduzidos e prejudicados. A Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC) espera que até 2018 haja cura para essa doença, cujos impactos servem de alerta para o consumo humano, pois não se sabe exatamente as consequências que podem trazer futuramente.

Além da instalação dos sítios de produção de carcinicultura, entre os anos de 2006 e 2007, a licença de instalação para implantação de um complexo eólico foi liberada para a elevação de setenta aerogeradores, obtendo apoio do Estado com direito a posse de terra e privatização do local.

Mesmo após a população do Cumbe aceitar a chegada dos produtores de camarão, o Complexo Eólico de Aracati (CEA) conseguiu, por meio de palestras e reuniões, conquistar a aceitação de parte da comunidade para que fosse possível construir o parque nas proximidades da comunidade, sobre as dunas e muito próximos da praia, área considerada pertencente ao conjunto de patrimônio natural da comunidade pela Fundação Cultural Palmares.

Cabe ressaltar que o Estudo de Impacto Ambiental, realizado antes da construção, detectou grandes possibilidades de ocorrências de fósseis no local, o que denota uma forçada iniciativa de interesse do Estado em, mesmo assim, colaborar nos investimentos.



Muitos moradores foram contratados para trabalharem na obra com ocupações temporárias. Em torno de 1500 trabalhadores vindos de outros estados ocuparam um espaço que abrange entre 700 a 800 pessoas. O fator população somado com o barulho e poeira por causa de imensas máquinas que passavam entre ruas estreitas em péssimas condições para transportar partes desmontadas dos aerogeradores resultaram no incômodo das pessoas e na modificação do cotidiano da comunidade.

O acesso ao Cumbe, até os anos 2000, era difícil, pela falta de infraestrutura. Para possibilitar a passagem dos caminhões até as dunas, onde o empreendimento se implantou, foi preciso a construção de pontes a fim de facilitar o transporte de materiais. Nesse período, fios de eletricidade foram cortados, por consequência da altura dos veículos, canos de água estourados, além de terem sido realizadas construções de estradas sobre as dunas, resultando em impactos ambientais irreversíveis.

Depois da instalação do parque, os moradores não têm acesso à praia para lazer e para a prática da pesca porque o empreendimento construiu uma guarita que divide o complexo da comunidade, com a justificativa de ser local privado que oferece risco de vida devido a fiação da subestação estar por debaixo da terra e, por isso, possibilita descargas elétricas por quem passar por essa área. Após muito enfrentamento por parte da comunidade, conseguiram um acordo de acesso à praia por dentro do parque, desde que a pessoa prove pertencer ao Cumbe para a liberação da passagem.

Em decorrência de todos os momentos de infortúnio para os habitantes naturais do Cumbe, movimentos em defesa do território, o qual simboliza história, cultura e tradição de seus antepassados, e da vida foram organizados por líderes que são perseguidos, ameaçados e intimidados por passarem informações explicativas que mostram informações esclarecedoras sobre as causas e consequências dos empreendimentos que lá se instalaram. Ressalva-se que a maioria da população não é alfabetizada e apenas uma pequena parcela teve acesso à educação porque puderam se deslocar até a sede da cidade de Aracati.

Há um pequeno número de habitantes que aceitou trabalhar nos grandes empreendimentos resultando na divisão de opiniões entre os moradores da Comunidade do Cumbe. Estas, por conseguinte, são proibidas de participar de reuniões, associações e debates porque são ameaçados de perderem seus empregos. Enquanto existem pessoas reunidas para



lutar pela garantia de seus direitos pela terra em que vivem, pela preservação da história, da cultura local e do uso coletivo do espaço, outra parte da comunidade é obrigada a contribuir para manter as atividades instaladas, o que denota ser uma circunstância de escravidão moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, observa-se que o capital que chega ao Ceará reestrutura o espaço, a economia e o corpo social, desrespeitando as particularidades e desintegrando a população, por meio da exploração da força de trabalho, enquanto se apropria de forma indevida do território. A partir de então, o trabalhador que não é valorizado vive em situações precárias de habitação, vida e saúde, gerando, então, uma cadeia de péssimas condições que só aumentam a dificuldade de sobrevivência da população em diversos aspectos e privilegiam apenas um pequeno grupo.

Diversos conflitos surgiram na comunidade após a chegada desses empreendimentos que modificaram a dinâmica espacial e social e dividiram opiniões entre a população que, até então, era um corpo social menos desigual. A conivência e incentivo do Estado também colaboraram para os conflitos internos, pois se houvesse preocupação maior em licenciar e até mesmo fiscalizar e monitorar as áreas de preservação ambiental, alguns impactos poderiam ser reduzidos, mesmo que não atendessem por completo a necessidade da população já faria grande diferença.

Conforme o que foi retratado e concluído no que concerne à dinâmica da Comunidade do Cumbe, cabe salientar que o território sofre reestruturação produtiva e espacial a partir da ação do Capital, aliado ao Estado, através da permissividade controlada da população, com o discurso hegemônico de levar desenvolvimento a partir da reestruturação produtiva. Isso ocorre pelo contexto em que o mundo está inserido, de interpretar ser certo o que compreende a tecnologia e a modernização em um mesmo contexto, resultando na dinamização do espaço, mas, na situação em questão do Cumbe, com as mesmas relações de trabalho exploratórias somadas a um contexto conflituoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Sumário Executivo do Campo de Fazenda Belém.** Ceará, 2007.

BATISTA, P. I. S.; TUPINAMBÁ, S. V. *A carcinicultura no Brasil e na América Latina: o agronegócio do camarão.* Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/20/File/Outraspublicacoes/carcinicultura.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2016.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano.* São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, José Régis Vieira. **Aspectos Analíticos no Estudo de Impactos Gerados por Ruídos e Estruturas de Aerogeradores.** 2012. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Física, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

DANTAS, Simone Maria Silva. **Memórias e Histórias de Quilombos no Ceará.** 2009. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1009.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo. *Anais do X EGAL.* São Paulo: USP, 2005a (CD-ROM), p.4475 a 4487.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E NOVA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO NO CEARÁ. *Mercator*, [s.l.], v. 12, n. 28, p.95-112, 30 ago. 2013. *Mercator - Revista de Geografia da UFC.* <http://dx.doi.org/10.4215/rm2013.1228.0007>.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. 483 p.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Diagnóstico da Carcinicultura Ceará.* Ceará, abr.2005.

INTELIGÊNCIA EM GESTÃO GEORREFERENCIADA PARA OS MUNICÍPIOS, **Conhecendo o Município Aracati.** Fortaleza, Ceará: IDECI, outubro, 2016.

MOREIRA, Roseilda Nunes et al. WIND ENERGY IN THE BACKYARD OF OUR HOUSE?! ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE INSTALLATION AND OPERATION OF A PLANT IN THE COMMUNITY OF THE SITE IN CUMBE ARACATI-CE. *Geas*, [s.l.], v. 2, n. 1, p.45-73, 1 jun. 2013. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/geas.v2i1.39>.

NASCIMENTO, J. L. J. . **O papel político das lutas socioambientais dos pescadores/as do mangue do Cumbe/Aracati - ce, para afirmação da identidade negra e defesa do território.** In: VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2014, Belém/Pará. *Anais do VIII COPENE.* Belém/Pará: UFPA, 2014. v. I. p. 1-15.



-
- Nogueira, Francisca Neuma Almeida, Rigotto, Raquel Maria and Teixeira, Ana Cláudia de Araújo **O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará.** *Rev. bras. saúde ocup.*, Jun 2009, vol.34, no.119, p.40-50. ISSN 0303-7657
- PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da Urbanização e os Espaços Urbanos não Metropolitanos. **Revista Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p.441-465, jul/dez. 2010.
- PINTO, M.F. et al. **Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?** Gaia Scientia, Ed. Esp. Populações Tradicionais, 2014.
- PINTO, Marcia Freire et al. Qual a Relação entre Etnozoologia e Território? **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, Bahia, v. 3, n. 2, p.68-88, nov/dez. 2013.
- RODRIGUES, Francisco Gleison de Souza. **O Agronegócio da Carcinicultura Marinha e os Conflitos Sociais e Ambientais de Uso e Ocupação do Estuário do Rio Jaguaribe no Município de Aracati - CE.** 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- SANTOS, Alice Nataraja Garcia. A Energia Eólica no Litoral do NE no Brasil: Desconstruindo a "sustentabilidade" para promover "justiça ambiental". **Fundação Heinrich Böll**, Tübingen, Rio de Janeiro, p.1-18, 6 nov. 2014.
- SILVA, Edna Lúcia, MENEZES, Estera, Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.* 4. ed. rev. Atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.
- SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ. **Relatório de Impactos Ambientais (RIMA): Complexo Eólico Aracati.** Brasil, 2011.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. **O Trabalho no Mangue nas Tramas do (Des)Envolvimento e da (Des)Ilusão com "Esse Furacão Chamado Carcinicultura": Conflito Socioambiental no Cumbe, Aracati-CE.**2008. 319 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- XAVIER, Patrícia Pereira. **Valorização e Preservação do Patrimônio Arqueológico na Comunidade do Cumbe - Aracati - CE.** 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Preservação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.